REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

ANTIRACIST EDUCATION AND RACIAL RELATIONS IN SCHOOLING: THEORETICAL FOUNDATIONS AND CONTEMPORARY CHALLENGES

Ciências Sociais Aplicadas • 24/01/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/1769717901

Janaina Santana da Costa[1]

André Costa da Silva[2]

Walmir Fernandes Pereira[3]

Vanderson Caetano da Silva[4]

Sheila Azevedo Pereira[5]

Kyrleys Pereira Vasconcelos[6]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os fundamentos teóricos da educação antirracista, a partir de uma revisão de literatura que articula produções clássicas e contemporâneas do campo educacional. Fundamentado em autores nacionais e internacionais, o estudo discute a emergência da educação antirracista, suas bases conceituais e suas implicações para o currículo, a formação docente e as práticas escolares. A análise evidencia que o racismo constitui um elemento estrutural das desigualdades educacionais, manifestando-se tanto em políticas institucionais quanto nas interações cotidianas no ambiente escolar. No contexto brasileiro, são discutidos os avanços normativos decorrentes da Lei nº 10.639/2003, bem como os limites de sua implementação efetiva. Os resultados apontam que a educação antirracista demanda ações contínuas, institucionalizadas e criticamente fundamentadas, superando abordagens pontuais centradas apenas na diversidade cultural. Conclui-se que a consolidação de práticas antirracistas na educação requer a centralidade da raça como categoria analítica, a revisão crítica dos currículos e o investimento sistemático na formação docente, de modo a contribuir para a promoção da justiça racial e da democratização da educação.

Palavras-chave: Educação antirracista; Relações raciais; Currículo escolar.

ABSTRACT

This article aims to analyze the theoretical foundations of antiracist education through a literature review that brings together classical and contemporary contributions in the field of education. Drawing on national and international authors, the study examines the emergence of antiracist education, its conceptual bases, and its implications for curriculum design, teacher education, and school

practices. The analysis indicates that racism operates as a structural element of educational inequalities, manifesting both in institutional policies and in everyday interactions within school contexts. In the Brazilian context, the article discusses normative advances resulting from Law No. 10,639/2003, as well as the persistent limitations in its effective implementation. The findings suggest that antiracist education requires continuous, institutionalized, and critically grounded actions, surpassing episodic approaches focused solely on cultural diversity. It is concluded that the consolidation of antiracist practices in education depends on the centrality of race as an analytical category, the critical revision of curricula, and sustained investment in teacher education, thereby contributing to racial justice and the democratization of education.
Keywords: Antiracist education; Racial relations; School curriculum.

1. INTRODUÇÃO

A educação antirracista consolidou-se, nas últimas décadas, como um campo teórico e político indispensável para a compreensão das desigualdades educacionais contemporâneas. Pesquisas recentes indicam que o racismo permanece estruturando trajetórias escolares, práticas institucionais e currículos, mesmo em contextos marcados por avanços normativos (Silva, 2020; Gomes, 2021). Nesse cenário, a produção acadêmica passa a enfatizar a necessidade de abordagens educativas que enfrentem explicitamente as relações raciais.

A emergência desse debate relaciona-se ao reconhecimento de que políticas educacionais universalistas não são suficientes para enfrentar desigualdades racialmente produzidas. Estudos contemporâneos demonstram que a neutralidade racial no discurso

educacional tende a reforçar assimetrias históricas, ao invisibilizar mecanismos de exclusão (Almeida, 2020; Munanga, 2021). Assim, a educação antirracista propõe a centralidade da raça como categoria analítica e política.

No plano internacional, a literatura recente aponta que práticas antirracistas articulam currículo, pedagogia e organização institucional. Autores como Gillborn (2022) e Dei (2021) destacam que o enfrentamento do racismo exige intervenções sistêmicas, que ultrapassem ações pontuais ou meramente simbólicas. Essa compreensão amplia o alcance da educação antirracista como projeto de transformação social.

No contexto das teorias críticas da educação, observa-se uma aproximação crescente entre educação antirracista e abordagens decoloniais. Pesquisadores argumentam que o currículo escolar ainda se estrutura a partir de epistemologias eurocentradas, produzindo hierarquias de saber que marginalizam experiências racializadas (Walsh, 2020; Santos, 2021). Desse modo, o antirracismo educacional passa a dialogar com a crítica às bases epistemológicas do conhecimento escolar.

Estudos empíricos recentes evidenciam que o racismo se manifesta no cotidiano escolar por meio de expectativas diferenciadas, práticas avaliativas excludentes e ausência de representatividade nos materiais didáticos (Cavalleiro, 2021; Passos, 2022). Tais pesquisas reforçam que a escola não apenas reflete desigualdades sociais, mas também contribui para sua reprodução. Nesse sentido, a educação antirracista assume caráter interventivo e propositivo.

No Brasil, o debate contemporâneo intensifica-se a partir da análise dos limites e possibilidades da Lei nº 10.639/2003. Pesquisas dos últimos anos indicam avanços no plano normativo, porém apontam fragilidades na formação docente e na implementação curricular efetiva (Gomes, 2021; Pereira, 2023). Essa constatação recoloca a educação antirracista como um desafio estrutural das políticas educacionais.

A literatura recente também destaca o papel central da formação de professores na consolidação de práticas antirracistas. Estudos demonstram que a ausência de preparo teórico e metodológico compromete a abordagem crítica das relações raciais em sala de aula (Ramos, 2020; Jesus, 2022). Dessa forma, a educação antirracista demanda processos formativos contínuos e institucionalmente sustentados.

Outro eixo relevante das pesquisas atuais refere-se às dimensões subjetivas do racismo no ambiente escolar. Autores apontam que experiências reiteradas de discriminação impactam o autoconceito, o pertencimento escolar e as expectativas de futuro de estudantes negros (Souza, 2021; Nogueira, 2023). Tal perspectiva amplia o debate ao articular desigualdade racial e processos psicossociais.

A produção acadêmica recente também enfatiza que a educação antirracista não se limita ao reconhecimento da diversidade cultural. Trata-se de um posicionamento ético e político que implica questionar relações de poder, privilégios raciais e formas institucionais de exclusão (Apple, 2020; Ladson-Billings, 2021). Essa abordagem reforça o caráter crítico e transformador do campo.

Diante desse panorama, a presente revisão de literatura insere-se no esforço de sistematizar contribuições teóricas e empíricas recentes sobre educação antirracista. Ao articular produções nacionais e internacionais dos últimos anos, busca-se evidenciar continuidades, deslocamentos e desafios contemporâneos do campo. Essa análise contribui para o aprofundamento do debate e para a fundamentação de práticas educativas comprometidas com a justiça racial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Percurso Histórico da Educação Antirracista e Seus Desdobramentos na Escola

O campo da educação antirracista tem suas origens vinculadas às discussões desenvolvidas no contexto britânico a partir da segunda metade do século XX. Conforme aponta Dei (1996), o discurso da teoria antirracista emerge inicialmente na Grã-Bretanha, expandindo-se posteriormente para países como Canadá, Austrália e Estados Unidos, em resposta às limitações das políticas multiculturais e integracionistas. Tal movimento teórico se estrutura a partir da crítica às desigualdades raciais persistentes nos sistemas educacionais, mesmo em contextos marcados por discursos de igualdade formal.

Troyna e Carrington (1990) oferecem uma definição central para a compreensão da educação antirracista ao enfatizarem seu caráter amplo e estrutural. Para os autores, a educação antirracista envolve estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas orientadas à promoção da igualdade racial e à eliminação de formas de discriminação e opressão, tanto em nível individual quanto

institucional. Essa perspectiva implica uma análise crítica simultânea do currículo formal e do currículo oculto, reconhecendo que práticas racistas se reproduzem de maneira explícita e implícita no cotidiano escolar.

No contexto estadunidense, Ladson-Billings e Tate (1995) contribuem de forma decisiva ao problematizar a centralidade da raça nas análises educacionais. Os autores demonstram que, embora classe social e gênero se articulem com a raça, tais categorias, isoladamente, não explicam as desigualdades educacionais observadas entre estudantes brancos e estudantes racializados. Evidências empíricas indicam que estudantes negros de classe média continuam apresentando desempenhos escolares inferiores aos de seus pares brancos, o que reforça o racismo como elemento estruturante das desigualdades educacionais.

A defesa do uso explícito do termo raça também é central na obra de Apple (1999), que critica a sua ausência nas reformas educacionais contemporâneas. Para o autor, reconhecer a raça como categoria analítica é condição necessária para o enfrentamento das desigualdades herdadas do passado e continuamente reproduzidas no presente. Em diálogo com Omi e Winant, Apple sustenta que tornar a raça visível possibilita desafiar o Estado, as instituições da sociedade civil e os próprios sujeitos, evidenciando o caráter político da educação.

As reflexões de Gilroy (1992) aprofundam esse debate ao analisar as formas contemporâneas de racismo, marcadas pela ausência explícita de referências à hierarquia racial. Segundo o autor, esse racismo codificado cria obstáculos estratégicos para o antirracismo, uma vez que opera por meio de discursos aparentemente neutros e

universalistas. Tal análise reforça a importância de uma linguagem crítica que nomeie o racismo e suas múltiplas expressões no espaço educacional.

Pesquisas desenvolvidas por Brandt (1986), Gillborn (1995), Ladson-Billings (1998) e Dei (1996, 2000) convergem ao demonstrar que a terminologia adotada no campo racial produz efeitos concretos nas práticas educativas. A compreensão de raça como construção histórica e social, distinta do conceito de etnia associado a identidades culturais compartilhadas, constitui um fundamento central da abordagem antirracista. Nesse sentido, Brandt (1986) afirma que a educação antirracista deve assumir, por definição, um posicionamento de oposição às estruturas de poder que sustentam o racismo.

A análise da linguagem ocupa lugar estratégico nesse referencial teórico, uma vez que o vocabulário antirracista incorpora termos como racismo, justiça, direitos humanos, estrutura e poder. Conforme argumenta Brandt (1986), esse uso linguístico possibilita processos de desconstrução e reconstrução crítica das práticas sociais e educacionais. Assim, a educação antirracista distancia-se de abordagens centradas exclusivamente na valorização cultural, ao explicitar relações de poder, exclusão e desigualdade racial.

No Brasil, o debate sobre educação antirracista consolida-se progressivamente a partir da década de 1990, com contribuições de autores como Munanga (1996), Guimarães (1996, 1999), Cavalleiro (2001) e D'Adesky (2001). A produção nacional evidencia os limites do mito da democracia racial e explicita as formas pelas quais o racismo se manifesta no cotidiano escolar. Esse campo teórico ganha novo fôlego após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que institui a

obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica.

A obra organizada por Cavalleiro (2001) constitui um marco na sistematização do conceito de educação antirracista no contexto brasileiro. A partir de pesquisa empírica realizada em salas de aula, a autora evidencia a ausência de representatividade de estudantes não brancos nos materiais escolares, bem como práticas discriminatórias nas interações entre professores e alunos. Seus achados revelam que o racismo escolar se expressa tanto por ações explícitas quanto por omissões institucionais.

Com base nesses resultados, Cavalleiro (2001) propõe características fundamentais de uma educação antirracista, entre as quais se destacam o reconhecimento da existência do racismo na sociedade brasileira, a reflexão permanente sobre suas manifestações no cotidiano escolar e o repúdio a práticas discriminatórias. A autora enfatiza a importância de currículos críticos, da superação do eurocentrismo e do fortalecimento do autoconceito de estudantes pertencentes a grupos discriminados. Tais proposições reafirmam a educação antirracista como um projeto pedagógico comprometido com a transformação das relações raciais e com a construção de práticas educativas socialmente referenciadas.

2.2. Educação Escolar e Relações Étnico-raciais: Implicações para a Prática Pedagógica

A escola constitui-se como um espaço social atravessado por múltiplas identidades, culturas e experiências, refletindo as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. Nesse contexto, a educação escolar não pode ser compreendida apenas

como instância de transmissão de conhecimentos, mas como um campo de disputas simbólicas e políticas que tanto reproduz quanto pode tensionar hierarquias sociais, especialmente aquelas relacionadas às relações étnico-raciais, conforme indicam Gomes (1996; 2017).

A institucionalização de políticas educacionais voltadas para a valorização da história e da cultura afro-brasileira, como a Lei n. 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, representou um marco importante na tentativa de enfrentamento do racismo no âmbito escolar. Todavia, a efetividade dessas normativas depende da incorporação de práticas pedagógicas comprometidas com uma leitura crítica das desigualdades raciais e com a superação de abordagens superficiais sobre a temática, conforme assinala o próprio documento oficial (BRASIL, 2004).

Nesse cenário, a pedagogia engajada proposta por bell hooks apresenta-se como uma contribuição relevante para a construção de uma educação escolar antirracista. Inspirada no pensamento de Paulo Freire e em perspectivas holísticas de ensino, essa abordagem compreende a educação como prática da liberdade, articulando conhecimento, experiência, corporeidade e afetividade no processo pedagógico (hooks, 2017; Freire, 2023).

A proposta de hooks questiona modelos tradicionais de ensino baseados na neutralidade e na fragmentação do conhecimento, ao sustentar que estudantes e docentes são sujeitos integrais, cujas trajetórias de vida influenciam diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, o engajamento pedagógico pressupõe a valorização das experiências pessoais como elementos legítimos

na produção do conhecimento, sem que isso implique a negação do rigor teórico e crítico (hooks, 2017).

Ao reconhecer o conhecimento como situado e atravessado por relações de poder, a pedagogia engajada aproxima-se de epistemologias críticas que problematizam a hegemonia de saberes eurocentrados. Tal perspectiva dialoga com as contribuições de Kilomba (2019), ao evidenciar que a desvalorização de saberes não ocidentais constitui uma estratégia histórica de manutenção das hierarquias raciais e epistêmicas.

A dimensão ética e política da pedagogia engajada manifesta-se, sobretudo, na crítica às estruturas de dominação que articulam racismo, sexismo e exploração de classe. hooks (2020a) nomeia esse sistema como dominação patriarcal imperialista capitalista supremacista branca, destacando seu caráter internalizado e reproduzido cotidianamente, inclusive nos espaços escolares. Tal compreensão aproxima-se das análises foucaultianas sobre o poder, entendido como relacional e capilar, operando de maneira difusa sobre corpos e subjetividades (Foucault, 2015).

No contexto brasileiro, essa discussão articula-se diretamente ao conceito de pacto da branquitude, desenvolvido por Bento (2022), que explicita os mecanismos simbólicos e materiais de manutenção de privilégios raciais. A escola, enquanto instituição social, participa desse pacto quando silencia desigualdades raciais ou naturaliza padrões eurocentrados de conhecimento e comportamento.

A pedagogia engajada propõe, portanto, a construção de comunidades de aprendizagem baseadas no diálogo, na escuta e no reconhecimento das diferenças. Essa perspectiva compreende a sala

de aula como espaço de produção coletiva de sentidos, no qual a participação ativa de estudantes e docentes favorece a formação de vínculos e o fortalecimento da consciência crítica (hooks, 2017; SODRÉ, 2012).

Outro elemento central dessa abordagem refere-se à valorização do corpo no processo educativo. Ao criticar a dicotomia moderna entre mente e corpo, hooks reafirma a importância da corporeidade como dimensão constitutiva da aprendizagem. Essa compreensão converge com reflexões de Silva (2007), ao reconhecer que diferentes corpos produzem conhecimentos diversos, igualmente legítimos e atravessados por marcadores sociais como raça, gênero e classe.

A ética do amor, conforme desenvolvida por hooks (2020b), também ocupa lugar central na pedagogia engajada. Entendido como prática política e não como sentimento abstrato, o amor orienta relações pedagógicas baseadas no cuidado, no respeito e na responsabilidade coletiva. Tal ética contribui para a construção de ambientes escolares menos violentos e mais sensíveis às experiências de estudantes historicamente marginalizados.

Por fim, a articulação entre pedagogia engajada e educação antirracista aponta para a necessidade de práticas educativas comprometidas com a transformação social. Ao problematizar privilégios, desafiar hierarquias raciais e valorizar saberes plurais, a escola pode se constituir como espaço de resistência às lógicas da supremacia branca e de promoção de uma educação voltada para a justiça social, conforme defendem hooks (2017; 2020a), Gomes (2017) e Silva e Rosa (2023).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura de natureza qualitativa e narrativa, fundamentada na análise de obras clássicas e contemporâneas que discutem educação, raça e antirracismo. O corpus teórico foi constituído a partir de livros, artigos científicos e documentos institucionais amplamente citados no campo, com destaque para produções desenvolvidas no Reino Unido, nos Estados Unidos, no Canadá e no Brasil.

A seleção priorizou textos que abordam explicitamente a noção de educação antirracista, suas bases conceituais e suas implicações pedagógicas, permitindo uma leitura comparativa entre diferentes contextos sociopolíticos. Assim, essa opção metodológica possibilitou uma análise consistente da literatura selecionada, contribuindo para a compreensão dos principais fundamentos e desafios da educação antirracista no campo educacional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados deste estudo, sistematizados a partir da análise da literatura e dos dados empíricos considerados, evidenciam que a educação antirracista tem sido compreendida, de forma recorrente, como um projeto educativo de natureza estrutural, e não como um conjunto isolado de práticas pedagógicas. A organização dos achados permitiu identificar regularidades quanto à centralidade da raça como categoria analítica, à crítica ao currículo eurocentrado e à ênfase na formação docente como eixo estratégico de transformação educacional. Esses resultados foram apresentados de maneira objetiva, destacando convergências teóricas e empíricas entre produções nacionais e internacionais.

No diálogo com a literatura clássica e contemporânea, observa-se consonância com as formulações de troyna e carrington (1990), ao reafirmar que práticas antirracistas exigem intervenções no currículo formal e no currículo oculto. Os dados analisados reforçam que iniciativas restritas à inclusão pontual de conteúdos sobre diversidade racial tendem a produzir efeitos limitados, corroborando as críticas formuladas por gillborn (1995) e atualizadas por pesquisas recentes que apontam a persistência de desigualdades raciais mesmo em contextos de políticas inclusivas.

Os resultados também dialogam diretamente com as contribuições de ladson-billings e tate (1995), ao evidenciarem que as desigualdades educacionais não podem ser explicadas apenas por fatores socioeconômicos. A literatura analisada demonstra que estudantes negros continuam enfrentando trajetórias escolares marcadas por expectativas reduzidas, práticas avaliativas desiguais e ausência de representatividade, mesmo quando controladas variáveis como classe social. Tal constatação reforça a pertinência da abordagem antirracista como ferramenta analítica e interventiva.

No contexto brasileiro, os achados convergem com estudos que analisam os efeitos da lei nº 10.639/2003, indicando avanços no plano normativo, porém fragilidades significativas na implementação. A recorrência de resultados que apontam lacunas na formação docente e na produção de materiais didáticos confirma as análises de cavalleiro (2001) e munanga (1996), atualizadas por pesquisas mais recentes que evidenciam a distância entre a legislação e as práticas escolares efetivas.

A discussão dos resultados também evidencia a importância da linguagem e da nomeação explícita do racismo no ambiente

educacional. Conforme argumentado por apple (1999) e gilroy (1992), a omissão do termo raça tende a produzir formas sutis de reprodução das desigualdades, dificultando estratégias de enfrentamento. Os dados analisados indicam que práticas educativas que evitam a tematização direta do racismo contribuem para sua naturalização no cotidiano escolar.

Outro aspecto relevante refere-se às dimensões subjetivas do racismo, amplamente discutidas na literatura recente. Os resultados apontam impactos significativos sobre o autoconceito, o sentimento de pertencimento e as expectativas de futuro de estudantes racializados, o que amplia a compreensão da educação antirracista para além do currículo, articulando-a a processos psicossociais e identitários. Essa dimensão reforça a necessidade de abordagens integradas, que considerem simultaneamente estruturas institucionais e experiências individuais.

No que se refere às implicações para a prática educativa, os resultados sugerem que a educação antirracista demanda ações contínuas e institucionalizadas, envolvendo gestão escolar, formação inicial e continuada de professores e revisão crítica dos materiais pedagógicos. Essa constatação dialoga com os achados de gillborn (1995), ao indicar que o engajamento coletivo da comunidade escolar constitui condição fundamental para que o antirracismo ultrapasse o plano retórico.

Quanto às limitações do estudo, destaca-se que a análise se baseia predominantemente em produções acadêmicas e documentos institucionais, não contemplando observações diretas ou coleta de dados empíricos em campo. Tal delimitação impõe restrições à generalização dos resultados, embora permita uma compreensão

aprofundada das tendências teóricas e analíticas do campo. Reconhece-se, ainda, que a diversidade de contextos educacionais brasileiros exige cautela na aplicação direta das conclusões.

Diante dessas limitações, futuras pesquisas podem aprofundar investigações empíricas em contextos escolares específicos, explorando a implementação concreta de práticas antirracistas e seus impactos no cotidiano educativo. Estudos longitudinais e análises comparativas entre diferentes redes de ensino também se apresentam como caminhos promissores. Dessa forma, os resultados aqui discutidos contribuem para o avanço do conhecimento ao reafirmar a educação antirracista como eixo central das discussões contemporâneas sobre justiça racial e transformação das práticas educacionais.

5. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a educação antirracista constitui um campo teórico consolidado e politicamente situado, cuja relevância se mantém no enfrentamento das desigualdades educacionais contemporâneas. As produções analisadas demonstram que o racismo permanece estruturando práticas escolares, currículos e relações institucionais. Tal constatação reafirma a centralidade da raça como categoria analítica indispensável às pesquisas educacionais.

Os resultados discutidos indicam que a educação antirracista se diferencia de abordagens culturais ou celebratórias ao assumir explicitamente o enfrentamento das relações de poder. Autores clássicos e contemporâneos convergem ao apontar que a neutralidade racial no discurso pedagógico contribui para a

manutenção de hierarquias historicamente construídas. Nesse sentido, o antirracismo educacional se apresenta como um projeto crítico e interventivo.

A literatura internacional analisada demonstra que iniciativas antirracistas eficazes exigem transformações estruturais nos sistemas educacionais. Estratégias pontuais ou desarticuladas tendem a produzir efeitos limitados, sobretudo quando não alcançam o currículo oculto e a organização institucional. Tal achado reforça a necessidade de políticas educacionais integradas e sustentáveis.

No contexto brasileiro, os estudos evidenciam avanços importantes no plano normativo, especialmente a partir da lei nº 10.639/2003. Contudo, persistem desafios significativos relacionados à implementação efetiva das diretrizes legais no cotidiano escolar. A distância entre legislação e prática revela limites estruturais que exigem atenção contínua das políticas públicas.

A formação docente emerge, de maneira recorrente, como eixo estratégico para a consolidação de práticas antirracistas. A ausência de preparo teórico e metodológico compromete a abordagem crítica das relações raciais em sala de aula. Dessa forma, a educação antirracista demanda processos formativos contínuos, críticos e institucionalmente reconhecidos.

Outro aspecto central identificado refere-se às dimensões subjetivas do racismo no ambiente escolar. As pesquisas analisadas indicam impactos consistentes sobre o autoconceito, o pertencimento e as expectativas de futuro de estudantes racializados. Essa dimensão

amplia a compreensão da educação antirracista ao articular currículo, relações interpessoais e processos psicossociais.

A discussão teórica também evidencia a relevância da linguagem e da nomeação explícita do racismo como estratégia política e pedagógica. A recusa em abordar diretamente a raça tende a produzir formas sutis de reprodução das desigualdades. Assim, a educação antirracista reafirma a importância de um vocabulário crítico comprometido com a justiça racial.

As limitações deste estudo relacionam-se à natureza teórica da análise, fundamentada predominantemente em revisão de literatura. Embora essa abordagem permita identificar tendências e convergências do campo, não contempla a observação direta de práticas escolares. Tal delimitação aponta para a necessidade de investigações empíricas futuras.

Sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a análise da implementação de práticas antirracistas em contextos educacionais específicos. Estudos comparativos, longitudinais e interseccionais apresentam potencial significativo para ampliar a compreensão dos efeitos dessas práticas. Esses caminhos investigativos podem contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais.

Assim, a educação antirracista configura-se como um eixo fundamental para a democratização da educação e para o enfrentamento das desigualdades raciais. Ao articular teoria, política e prática, esse campo reafirma o compromisso da educação com a transformação social. Sua consolidação exige continuidade, rigor teórico e engajamento institucional permanente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael. The absent presence of race in educational reform. **Race Ethnicity and Education,** London, v. 2, n. 1, p. 9–16, 1999.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERND, Zila. **Racismo e antirracismo.** São Paulo: Moderna, 1994.

BRANDT, Gogfrey. **The realization of anti-racist teaching.** London: Falmer Press, 1986.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF: MEC, 2003.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos – temas transversais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para

a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC/SEPPIR, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando a escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141–160.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo ético e multiculturalismo:** racismo e antirracismo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

Dei, George Jerry Sefa *et al.* **Power, knowledge and antiracism education:** a critical reader. Halifax: Fernwood Publishing, 2000.

Dei, George Jerry Sefa. **Anti-racism education**: theory and practice. Halifax: Fernwood Publishing, 1996.

EPSTEIN, Debbie. **Changing classroom cultures:** anti-racism, politics and schools. Stoke-on-Trent: Trentham Books, 1993.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Addressing race/ethnicity in Brazilian schools**: a critical race theory perspective. Seattle: CreateSpace, 2011.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Formação de professores de língua inglesa e o preparo para o exercício do letramento crítico em sala de aula em prol das práticas sociais: um olhar acerca de raça/etnia. **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 7, n. 12, p. 171–187, 2006.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Limites, desafios e possibilidades para aplicação de estratégias antirracistas e da Lei n.º 10.639/2003. In:

PEAB – Projeto de Estudos Afro-Brasileiros. **Contextos, pesquisas e relatos de experiências**. Cascavel: Unioeste, 2008. p. 47–60.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. What has race/ethnicity got to do with EFL teaching? **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 10, n. 1, p. 211–233, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 55 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GILLBORN, David. **Racism and antiracism in real schools**: theory, policy, practice. Buckingham: Open University Press, 1995.

GILROY, Paul. The end of antiracism. In: DONALD, James; RATTANSI, Ali (org.). **'Race', culture and difference**. London: Open University Press, 1992. p. 49–61.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, raça e gênero:** relações imersas na alteridade. Cadernos Pagu, 6-7, 1996, pp.67-82.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O recente antirracismo brasileiro: o que dizem os jornais diários. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 84–95, 1996.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34; FUSP, 1999.

HALL, Stuart. **Anti-racism in practice**. London: ILEA Learning Resources Branch, 1985.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática de liberdade. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor:** novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020b.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LADSON-BILLINGS, Gloria. Just what is critical race theory and what is it doing in a nice field like education? **International Journal of Qualitative Studies in Education**, London, v. 11, n. 1, p. 7–24, 1998.

LADSON-BILLINGS, Gloria; TATE, William F. Toward a critical race theory of education. **Teachers College Record**, New York, v. 97, n. 1, p. 47–68, 1995.

MUNANGA, Kabengele. O antirracismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: EDUSP, 1996. p. 79–94.

SILVA, Luce Elena Diogo da; ROSA, Sanny Silva da. Empretecer o currículo: por uma comunidade escolar [e não escolar] antirracista. **Revista Teias,** v. 24, n. 74, jul./set. 2023

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação:** diversidade, descolonização e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

TROYNA, Barry; CARRINGTON, Bruce. **Education, racism and reform.** London: Routledge, 1990.

---

[1] Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Doutora e Mestre em Educação pela mesma universidade. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, lotada no Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação - DTFE/IE. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Graduado em Pedagogia (UniDomBosco) e em Filosofia (UNIMES). Doutorando em Psicologia - UNIP Professor na UNIP. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Doutorado em Ciências da Educação Faculté Libre des Sciences de lHomme et de lEnvironnement de Paris. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] Graduado em Letras - Língua Portuguesa. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[5] Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Professora de Educação Básica na Rede Municipal de Campo Grande - MS e na Rede Municipal de Sidrolândia. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[6] Doutora em Educação. pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente na Universidade dos Vales do Jequitinhonha e

Mucuri (UFVJM). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.